



Boletim Conjuntural Setembro | 2020

1. CONJUNTURA NACIONAL

A série mensal do Boletim Conjuntural do Comércio Varejista e dos Serviços, do Instituto Fecomércio – análise mensal com foco em segmentos do setor terciário – incorpora procedimentos de contextualização, contemplando desempenho e perspectivas da economia brasileira. Visão geral da economia, a respeito de inflação, juros e aspectos concernentes ao mercado de trabalho são componentes essenciais da abordagem. Tem-se enfatizado, ao longo de várias edições do Boletim, que o país convive com uma crise econômica que, neste ano, completa uma década. Uma difícil trajetória em que, nos três últimos anos, o crescimento da economia brasileira segue no entorno de 1%; e que deve encerrar 2020 com retração superior a 5%, o que traduz impactos devastadores da pandemia COVID-19 sobre uma economia que há muito funciona de forma insatisfatória, bem abaixo do crescimento potencial.

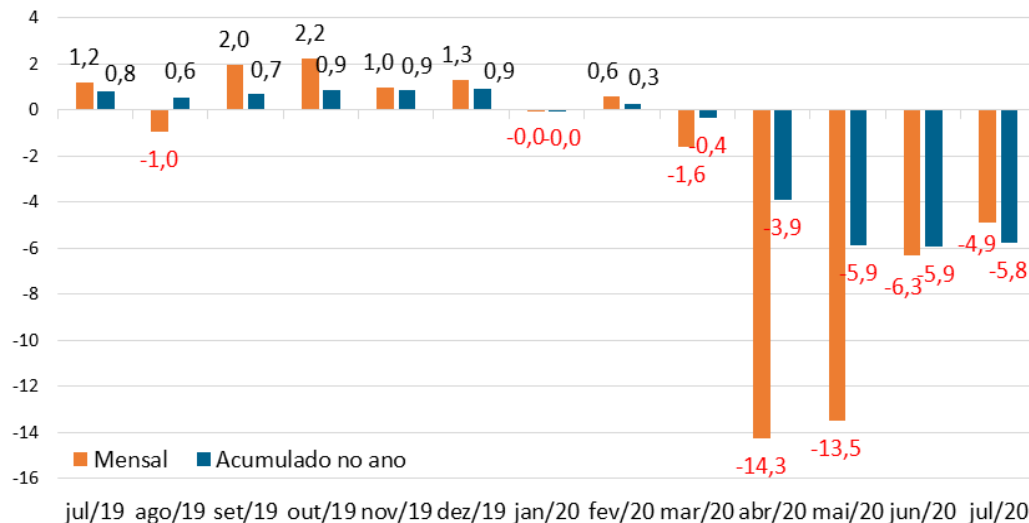
Os danos causados pela pandemia, expressivos no que toca à economia mundial, se revelam ainda mais graves para o Brasil, e para outros países que também carregam profundas desigualdades de renda e de riqueza, déficit habitacional elevado, saneamento precário, e grande deficiência de infraestrutura. Cenário em que os impactos negativos tendem a ser mais intensos. O Brasil já se aproxima do patamar de 150.000 mil óbitos, ainda contando com elevada média diária de contaminações – mesmo depois de mais de seis meses de enfrentamento da COVID-19. Os impactos econômicos e sociais são enormes, tornando muito mais difícil o desafio de recuperação do combalido sistema produtivo brasileiro. Afinal, há um ambiente de aprofundamento da vulnerabilidade das contas públicas, cujo déficit primário deverá se aproximar de 900 bilhões de reais em 2020.

Todavia, dados mais recentes sobre o desempenho da atividade econômica no país até que sinalizam redução da intensidade do efeito negativo da pandemia. De fato, a retração econômica – que no mês de junho chegou a -6,3% – alcançou -4,9% em julho; e para o resultado acumulado do ano (jan-jul), a retração estimada é de 5,8%. Trata-se de comparações com idênticos períodos de 2019, conforme o Índice de Atividade Econômica – IBC-BR –, do Banco Central, o que serve como antecipação do crescimento do PIB (Gráfico 1). Ademais, o último Boletim Focus do Banco Central (25/09/2020) aponta para um declínio anual do PIB de -5,04% em 2020. Não fossem o auxílio emergencial para desempregados, desalentados, microempreendedores individuais, etc. e, também, a liberação do FGTS e a suspensão do contrato de trabalho e a redução proporcional de jornada e salários – todos com relevante efeito positivo sobre o

consumo das famílias, especialmente no Norte e Nordeste – a retração da economia brasileira teria sido bem pior. Entretanto, o auxílio emergencial, que no momento mitiga os efeitos da recessão induzida pela pandemia, demandará adequada gestão financeira por causa do seu elevado custo fiscal.

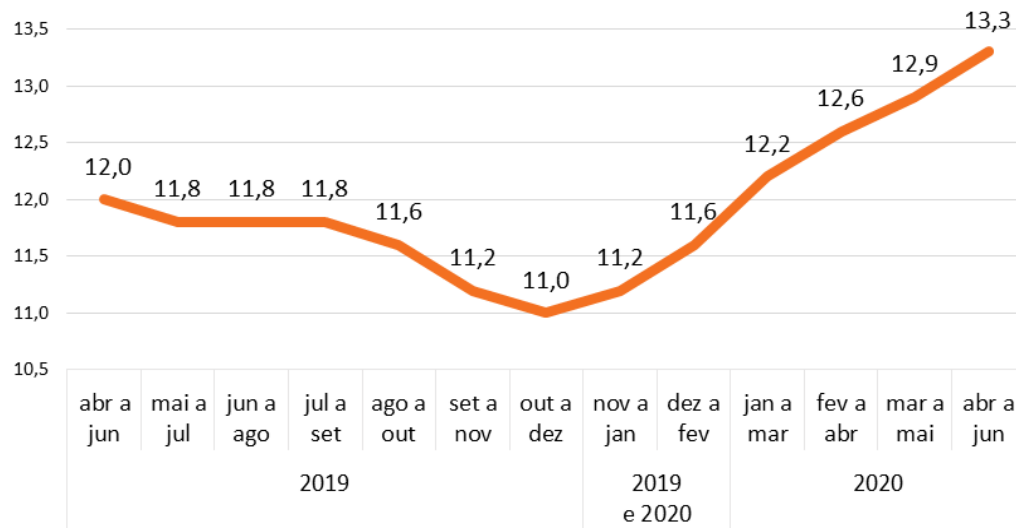
Do ponto de vista econômico, a atração de capitais e aproveitamento da vantagem propiciada por considerável capacidade ociosa – assegurando-se que a inflação permaneça nos limites das metas projetadas pelo Banco Central – exigirá adequada governança econômica e política, de modo a recuperar a posição do Brasil como receptor de investimento externo, e manter – para agentes econômicos nacionais e estrangeiros – o necessário ambiente de segurança jurídica e de redução da percepção de risco associada a investimentos no País. É nesse contexto que se impõe a premência de reformas de estado, que não agravem desigualdades nem perpetuem privilégios – seja de segmentos empresariais, seja de certos estamentos sociais – e melhorem o ambiente de negócios. Trata-se de devida qualificação da presente contingência brasileira, nesta análise de conjuntura que prossegue incorporando aspectos referentes ao mercado de trabalho.

Gráfico 1. Brasil: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano), do índice de atividade econômica (IBC-BR) – julho/2019 a julho/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



São profundos os reflexos negativos que o presente quadro de crise traz sobre o mercado de trabalho, o rendimento das famílias e o consumo de bens e serviços. Dados provenientes da PNAD Contínua (IBGE) revelam significativos efeitos negativos sobre a esfera da economia. A força de trabalho, que no segundo trimestre de 2019 era formada por 106,1 milhões de pessoas, declina para 96,1 milhões no segundo trimestre deste ano. São 10,0 milhões de indivíduos que deixaram a população economicamente ativa, significativa ampliação dos não-ocupados que desistiram de buscar um lugar no mercado de trabalho. O contingente de pessoas ocupadas (93,3 milhões) foi reduzido para 83,3 milhões. Ademais, a taxa de desemprego aberto aumenta para 13,3% no trimestre encerrado em junho – a mais alta dos últimos anos (Gráfico 2), crescimento provocado pela redução do número de pessoas que saíram da força de trabalho e não pelo aumento no número absoluto de pessoas desempregadas. De fato, o número de desocupados (12,8 milhões de indivíduos, aqueles que permanecem buscando ativamente algum tipo de ocupação – formal ou informal – e não logram êxito) se manteve igual ao mesmo trimestre de 2019. Parte dos que ficam sem ocupação deixa de procurar outra, seja por acreditar que não terá êxito, ou por medo de contaminação ou por já fazer parte dos infectados, ou ainda porque se satisfaz com o auxílio provido pelo governo. O efeito líquido é a redução temporária da força de trabalho, como referido. Não fosse isso, haveria um contingente muito maior de desocupados.

Gráfico 2. Brasil: taxa (%) de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral) – abr-mai-jun/2019 ao abr-mai-jun/2020



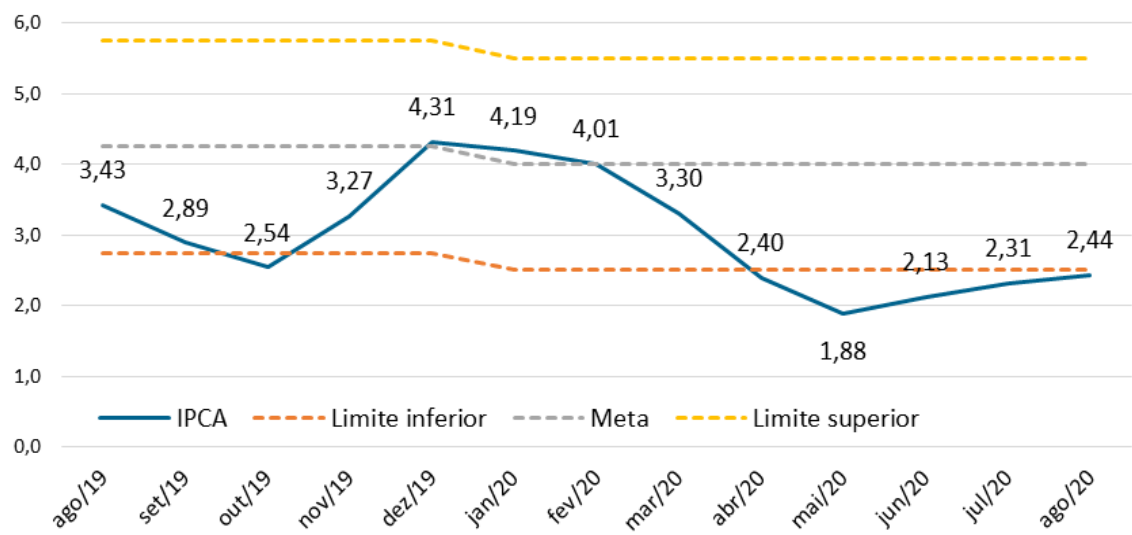
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Outro aspecto fundamental para se qualificar a conjuntura econômica é o comportamento dos preços. A esse respeito, em que pese o indicador oficial de inflação (IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado em 12 meses (Gráfico 3), ter registrado em agosto a terceira alta sucessiva –1,88% em abril, 2,13% em maio, 2,31% em junho, e 2,44% em agosto – esse patamar continua revelado inflação abaixo do limite inferior (2,75%) estabelecido pelo Banco Central. E bem inferior ao centro da meta (4,25%). Por outro lado, a referida edição do Relatório Focus também traz estimativa de 2,27% para o IPCA de 2020. Nesse ambiente de baixíssima inflação, a taxa básica de juros (Selic) – atualmente em 2,00% – deve manter esse patamar até o final do ano, tornando-a a menor da história. Considerando-se, ademais, a atual ociosidade existente na economia, poder-se-ia afirmar que o país estaria vivenciando momento favorável ao investimento produtivo (via menor custo do capital financeiro) e ao consumo das famílias (via redução do custo de operações de crédito). Ocorre que ampliação do investimento também depende de expectativas dos agentes a respeito do futuro próximo, para o que

contribuem diversos fatores – entre os quais estabilidade política, contas públicas sob controle, e crença a respeito da capacidade governamental de avançar em reformas institucionais que tragam melhor ambiente de negócios. Contudo, conforme já referido, conta-se com significativa deterioração das contas públicas, além de incertezas que afetam negativamente decisões de investimentos, no médio e no longo prazo.

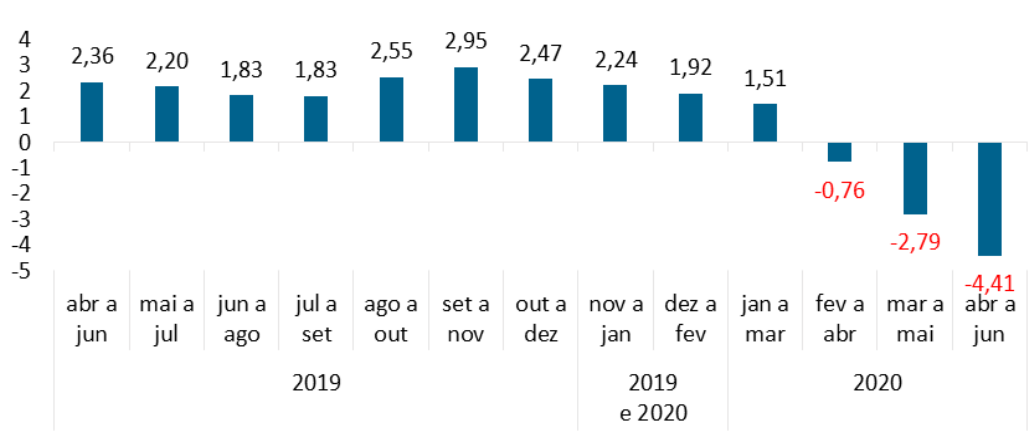
Gráfico 3. Brasil: taxa (%) de inflação (IPCA), acumulado em 12 meses – ago/2019 a ago/2020



Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Estabelecido um cenário de declínio da ocupação, mesmo com baixa inflação, a massa real de salários decresce, relativamente ao ano anterior (Gráfico 4). De fato, a variação real, no trimestre abril-maio-junho apresenta retração (-4,41%), tendo-se por base igual período de 2019. E, como se sabe, a massa de rendimentos do trabalho – em geral, parcela mais relevante da renda familiar – é fator fundamental para um bom desempenho, tanto do varejo quanto da de prestação de serviços; trata-se de um agregado econômico que vinha perdendo ritmo desde o trimestre encerrado em novembro do ano passado, mesmo mantendo crescimento positivo, chegando a alcançar, naquele trimestre, crescimento real de real de 2,95%. Nos trimestres móveis terminados nos meses subsequentes, a trajetória foi, com algumas oscilações, sempre decrescente: 2,47% no trimestre encerrado em dezembro de 2019; 2,24% em janeiro de 2020; 1,92% em fevereiro; 1,51% em março; -0,76% em abril; -2,79 em maio e, por último, -4,41% em junho.

Gráfico 4. Brasil: variação (%) real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas – abr-mai-jun/2019 ao abr-mai-jun/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

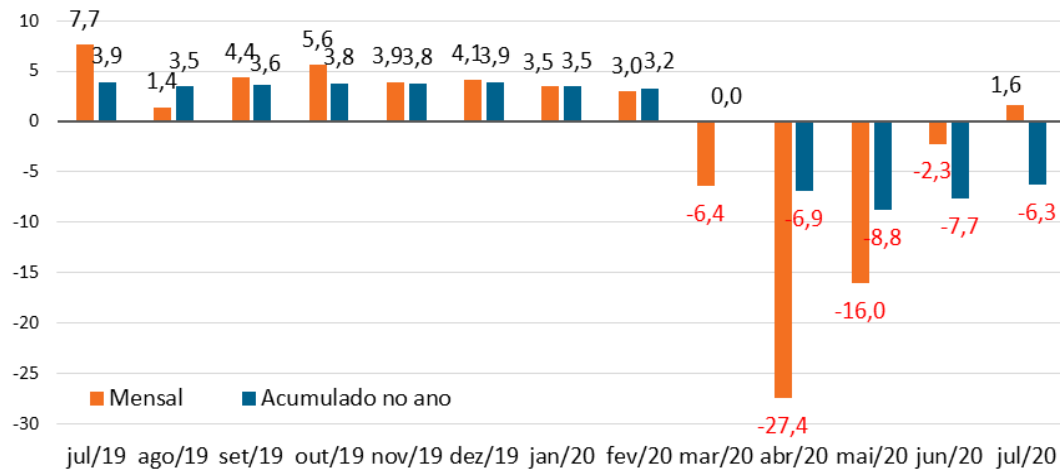
Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

VAREJO MANTÉM RETRAÇÃO NO ANO, MAS HÁ MELHORIA SIGNIFICATIVA EM JULHO

Esta seção contempla informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: varejo (restrito), como usualmente se entende por esse segmento da economia, e varejo ampliado. O Gráfico 5 traz números a respeito dos indicadores – mensal e acumulado do ano – do volume de vendas do varejo ampliado, agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito. Analogamente, constam – do Gráfico 6 – a trajetória mensal e o indicador acumulado do varejo restrito.

O volume de vendas do varejo ampliado (Gráfico 5) – resultado acumulado do ano (jan-jul) de 2020), tendo-se por base igual período de 2019 – revela declínio significativo (-6,3%); portanto, superior à retração prevista para o conjunto da economia no mesmo período. O fator explicativo fundamental tem a ver com a COVID-19, a partir da segunda metade do mês de março, com retração expressiva da grande maioria das atividades econômicas. Entretanto, no que diz respeito ao índice mensal, tendo-se por base o mesmo mês do ano anterior, já se registra um desempenho positivo (1,6%), por conta da reabertura da economia e, especialmente, por conta da influência dos auxílios emergenciais e da liberação de parte do FGTS.

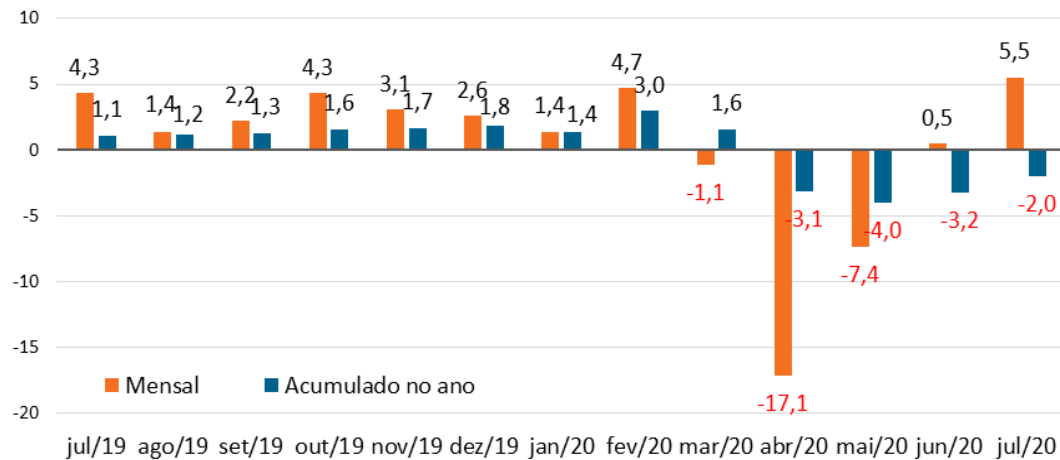
Gráfico 5. Brasil: taxa (%) de variação (mensal e variação acumulada no ano) do volume de vendas do Varejo Ampliado – julho/2019 a julho/2020 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que se refere ao desempenho do varejo restrito – não considerados os segmentos de veículos e de material de construção – o desempenho no decorrer do período de pandemia é semelhante ao observado para o varejo ampliado: desempenho mensal positivo, sendo negativo o resultado acumulado do ano. Contudo, além de registrar forte crescimento em julho (5,5%), o varejo restrito também registra variação negativa bem menos acentuada no desempenho acumulado do ano (-2,0%), tendo-se como base o mesmo período do ano passado. Ademais, é um declínio bem menor do que o observado para a economia do país. Ressalte-se que a retração mais forte do varejo ampliado, em comparação com o restrito, é explicada pela influência negativa do segmento de automóveis, que tem importante peso no varejo ampliado e que, no período considerado, sofreu decréscimo do volume de vendas mais forte do que o conjunto do segmento varejista.

Gráfico 6. Brasil: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de vendas do Comércio Varejista – julho/2019 a julho/2020 (base: mesmo período no ano anterior)

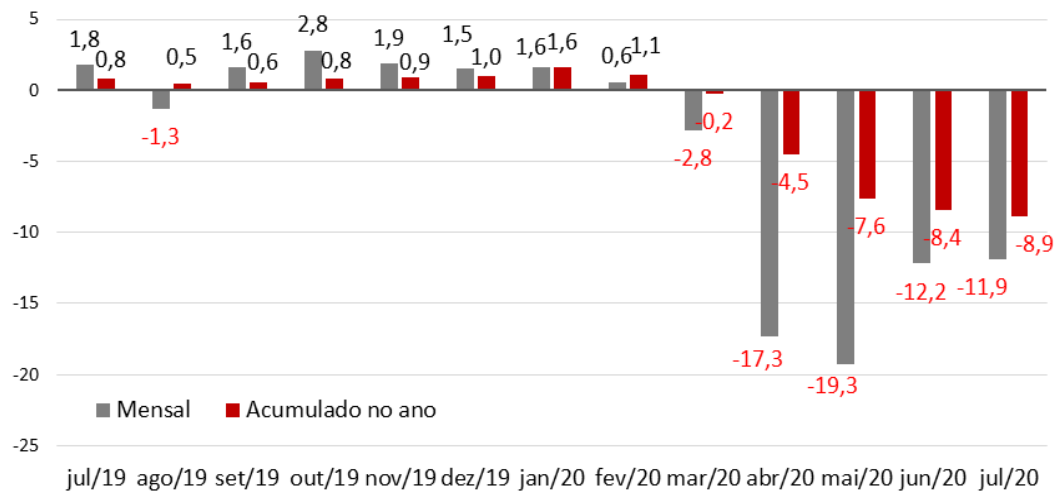


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

MANTÉM-SE INTENSA RETRAÇÃO DO VOLUME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O desempenho do setor de prestação de serviços continua sendo pior do que o observado para o segmento do varejo. De fato, o volume de prestação de serviços, no desempenho acumulado do ano, tendo-se como base período semelhante do ano anterior, mostra forte declínio (-8,9%). Queda ainda maior é verificada no resultado acumulado do ano (-11,9%) – Gráfico 7. Isto é, o segmento de prestação de serviços enfrenta maior dificuldade no processo gradual de diminuição das restrições de funcionamento das atividades econômicas. Uma situação, de certa forma, previsível considerando-se que a prestação de serviços, em geral, envolve menor distanciamento entre as pessoas, e, conseqüentemente, os protocolos são bem mais rígidos do que os estabelecidos para a maioria dos segmentos do varejo.

Gráfico 7. Brasil: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de Serviços – julho/2019 a julho/2020 (base: mesmo período no ano anterior)

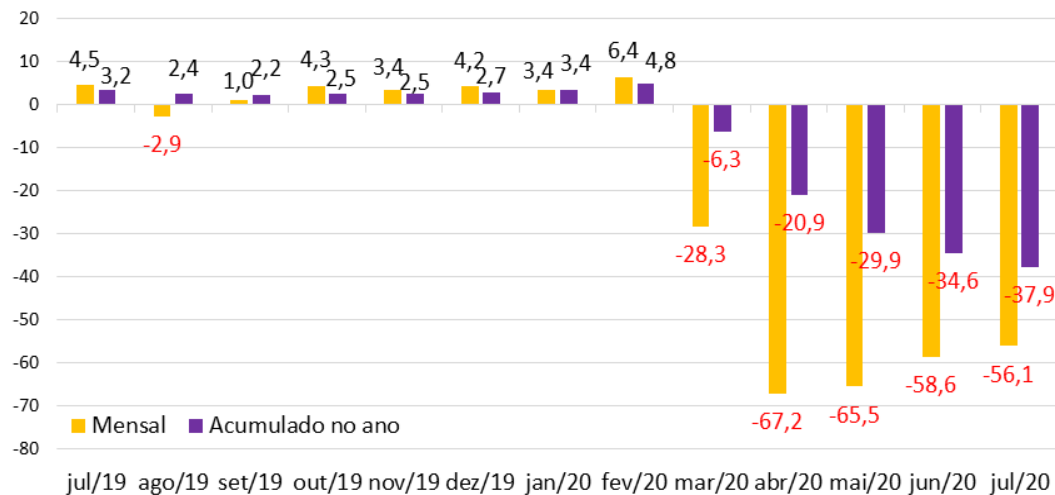


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

TURISMO: SEGMENTO MAIS FORTEMENTE ATINGIDO PELA PANDEMIA

O segmento de Turismo – específico conjunto de atividades que, no âmbito de Serviços, tem significativa relevância e, como tal, é aqui particularizado – sofre retração bem mais acentuada do que as registradas para o varejo e, inclusive, o setor de serviços como um todo, conforme pode ser visto no Gráfico 8. Sabe-se que o setor de turismo engloba diversos segmentos de transportes, hotéis, restaurantes, etc., todos fortemente impactados por medidas de combate à pandemia. Em decorrência, as variações mensais negativas do volume de prestação de serviços do segmento do turismo – cotejo com iguais meses de 2019 – são bem mais intensas do que as registradas tanto para o comércio varejista quanto para o conjunto das atividades do setor de prestação de serviços. Com efeito, é de -56,1% a retração mensal desse segmento, em julho; e o resultado acumulado do ano (-37,9%) é o patamar negativo mais significativo de 2020 – ambas as comparações tendo por base iguais períodos de 2019.

Gráfico 8. Brasil: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de serviços nas Atividades Turísticas – julho/2019 a julho/2020 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Como se vê, os indicadores relativos ao volume de vendas, tanto do comércio varejista quanto do referente a prestação de serviços – especialmente turismo – são fortemente impactados negativamente pela pandemia. Contudo, observa-se melhoria do desempenho do varejo, especialmente o restrito, nos dois últimos meses (junho e julho). Todavia, não se observa esse movimento de relativa melhoria no setor de prestação de serviços, tampouco nas atividades relacionadas com o segmento de turismo.

Saliente-se que, no desempenho acumulado deste ano (jan-jul) – em cotejo com igual período de 2019 –, os segmentos do varejo que apresentam variações positivas são: hipermercados e supermercados (7,1%); artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos de perfumaria e cosméticos (6,5%); eletrodomésticos (3,6%); material de construção (1,9%); e móveis (0,7%). Por outro lado, registram desempenho negativo os seguintes segmentos: tecidos, vestuário e calçados (-37,6%), veículos, motos, partes e peças (-21,7%); combustíveis e lubrificantes (-12,1%); livros, jornais, revistas e papelaria (-28,3%); equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-20,5%); e, outros artigos de uso pessoal e doméstico (7,7%).

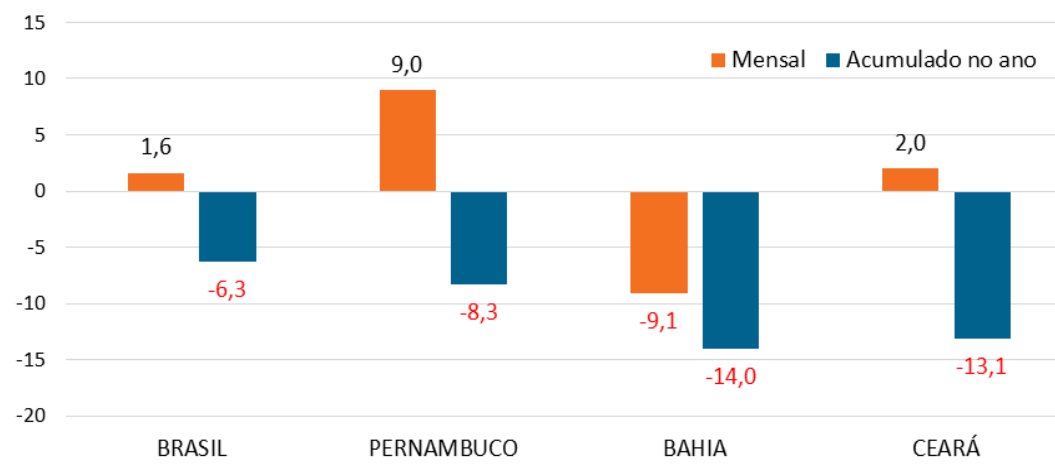
No que diz respeito ao segmento de prestação de serviços, as principais atividades apresentam variações negativas no primeiro semestre deste ano, em confronto com igual período do ano anterior: serviços prestados às famílias (-38,2%); serviços de informação e comunicação (-2,6%); serviços profissionais, administrativos e complementares (-11,2%); e transportes e serviços auxiliares aos transportes e correio (-9,0%).

COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM JULHO DE 2020: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Incorporam-se à análise – nesta seção – informações que permitem se contextualizar o desempenho do comércio varejista e da prestação de serviços em Pernambuco, estabelecendo-se comparações com indicadores referentes ao país e aos estados economicamente mais expressivos da região Nordeste. Informações básicas para o mês de julho de 2020 são apresentadas nos Gráficos 9 e 10: indicador mensal e desempenho observado no resultado acumulado do ano (jan-jul) de 2020.

O varejo ampliado pernambucano – conforme o indicador mensal – revela o melhor desempenho entre os territórios considerados no Boletim (Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará). De fato, o varejo ampliado cresce 9,0% no mês de julho. Portanto, resultado bem mais expressivo do que o observado para a média do país (1,6%). Ademais, muito superior ao desempenho do Ceará (2,0%), e, especialmente, ao da Bahia, cuja variação é fortemente negativa (-9,1%). Por outro lado, em relação ao desempenho acumulado do ano, a situação se inverte. Com efeito, o volume de vendas em Pernambuco segue registrando retração (-8,3%), enquanto no varejo ampliado do país também apresenta declínio, porém, inferior (-6,3%). No contexto regional, a Bahia e o Ceará revelam quedas ainda mais acentuadas do que Pernambuco, no resultado acumulado do ano: Bahia (-14,0%), e Ceará (-13,1%).

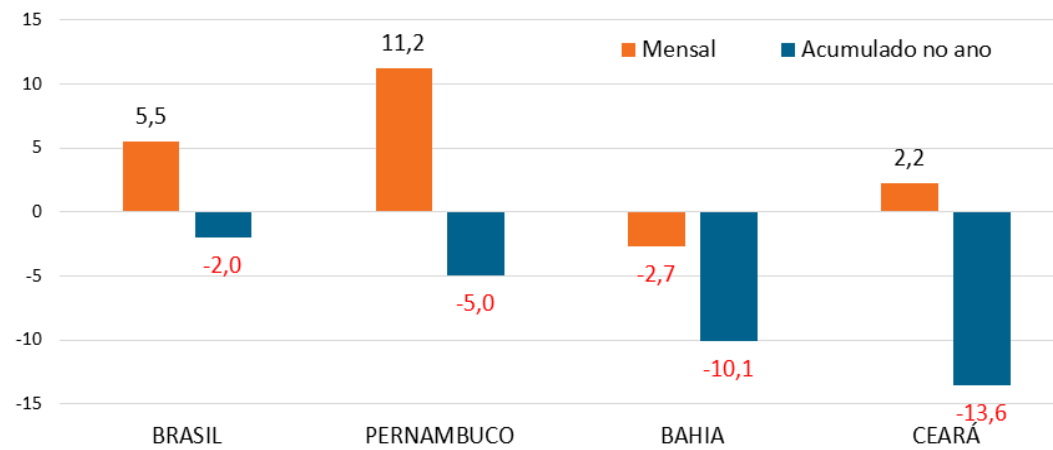
Gráfico 9. Brasil, PE, BA e CE: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de vendas Varejo Ampliado – julho/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que se refere ao desempenho do varejo restrito, o panorama é semelhante, tanto no que diz respeito ao desempenho do volume de vendas no mês de julho, quanto no que se refere ao resultado acumulado do ano. De fato, o indicador mensal mostra forte variação positiva em Pernambuco no mês de julho (11,2%), versus crescimento de 5,5% no país. De forma análoga ao que vimos no varejo ampliado, o crescimento observado do volume de vendas do Ceará é menor (2,0%), e o da Bahia é negativo (-2,7%). Já no comportamento do índice acumulado, Pernambuco apresenta queda de -5,0%, enquanto o país revela declínio de -2,0%. Em termos regionais, os resultados também vão na mesma direção do referido para o comércio varejista ampliado: a Bahia e o Ceará continuam revelando impacto negativo mais forte, comparativamente a Pernambuco. Bahia: -10,1%, e o Ceará -13,6%.

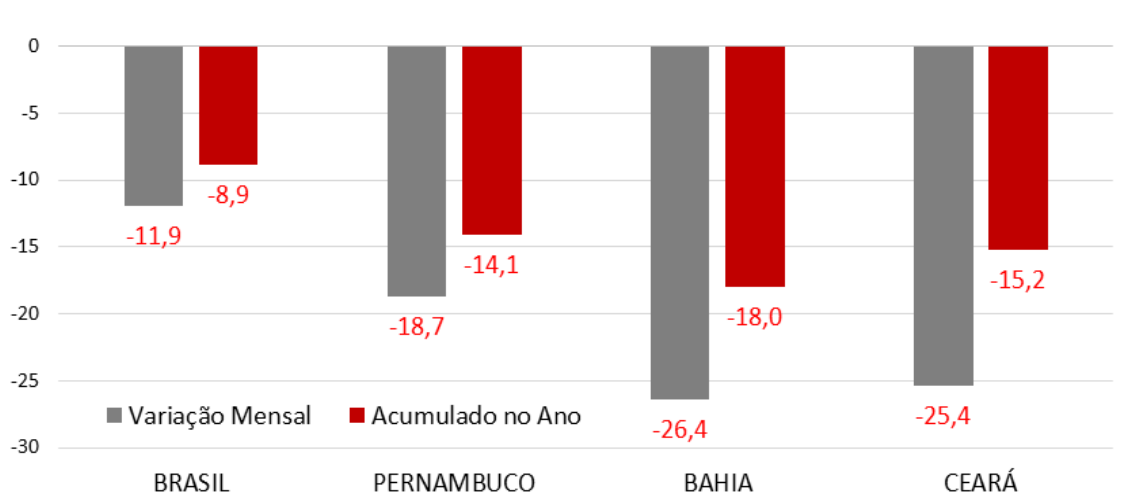
Gráfico 10. Brasil, PE, BA e CE: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de vendas no Comércio Varejista – julho/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No caso do setor de serviços, o desempenho observado em Pernambuco, conforme apresentado no Gráfico 11, é fortemente negativo: -18,7% em julho de 2020, em relação a junho de 2019; e -14,1% no resultado acumulado deste ano – tendo-se por base igual período de 2019. Por outro lado, o comportamento registrado no setor de serviços do país é de variação também negativa, porém, menos intensa: -11,9% e -8,9% – respectivamente no mês de julho e no acumulado do ano. Em termos regionais, repete-se o observado para o comércio varejista. Os efeitos negativos decorrentes da pandemia são ainda mais intensos nos resultados registrados para os dois outros estados do Nordeste considerados na análise: Bahia -26,4% em julho, e -18,0% no acumulado do ano; e o Ceará -25,4% em julho, e -15,2% no acumulado do ano. Portanto, no segmento de prestação de serviços, os impactos negativos são mais significativos nos estados considerados no Boletim, em comparação com o que ocorre no território nacional como um todo. Mesmo assim, Pernambuco mantém, tanto no varejo quanto na prestação de serviços, situação menos desfavorável do que as verificadas nos estados da Bahia e do Ceará. E, no varejo ampliado, o desempenho de Pernambuco é até melhor do que o do país, no que diz respeito ao resultado mensal de julho (Gráfico 9).

Gráfico 11. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação (mensal e acumulada ano a ano) do volume de serviços – julho/2020 (base: mesmo período do ano anterior)

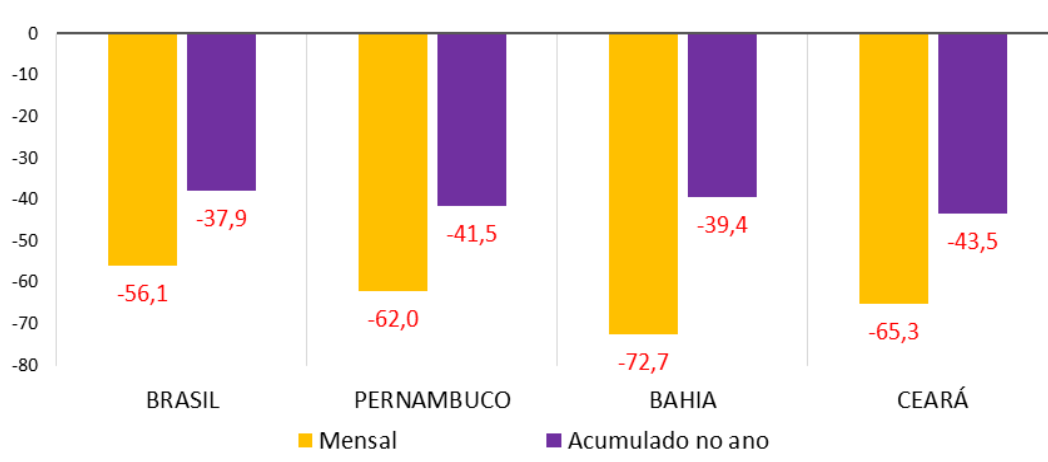


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Por fim, considere-se o segmento de Turismo, mantida a contextualização de Pernambuco em relação aos outros dois estados nordestinos já referidos. As informações pertinentes são sistematizadas no Gráfico 12, mantido o procedimento usual, envolvendo os indicadores mensal e acumulado do ano do volume de atividades turísticas, tendo-se como referências espaciais os mesmos estados nordestinos destacados e o país. Reitere-se que o segmento de turismo tem sido impactado mais intensamente pelo requerido esforço de isolamento social, porque as atividades que compõem esse setor (transportes diversos, hotéis e restaurantes) constituem – pelo amplo e intenso fluxo de pessoas que utilizam esses serviços – espaços com maior probabilidade de contaminação pelo Covid-19 por isso sendo visto com maiores reservas pelos usuários. Ademais, considerem-se dificuldades concernentes ao movimento de turistas, especialmente os provenientes de outros países.

O desempenho de Pernambuco no segmento de atividades turísticas é fortemente negativo no resultado de julho de 2020, em comparação com julho de 2019: -62,9%. Isso, em um cenário em que o país como um todo também sofre – em tais atividades – significativo declínio (-56,1%). Em termos regionais, os dados revelam retração de grande intensidade, no mês de julho: Ceará (-65,3%) e Bahia (-72,7%). Em relação ao desempenho acumulado do ano (jan-jul de 2020) – cotejo com mesmo período de 2019 – observa-se que o segmento de turismo pernambucano revela resultado negativo (-41,5%); abaixo do desempenho alcançado pelo segmento no plano nacional (-37,9%). De forma análoga, é fortemente negativo o desempenho do segmento de turismo nos estados do Ceará (-43,5%) e da Bahia (-39,4%). Como se vê, no segmento de prestação de serviços de turismo a retração é avassaladora em todos os quatro territórios considerados na análise.

Gráfico 12. Brasil, PE, BA e CE: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de Atividades Turísticas – julho/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Como assinalado ao longo do Boletim, as variações negativas do indicador acumulado no ano, do volume de vendas no comércio varejista mantêm-se significativas, e mais ainda na prestação de serviços, principalmente no segmento de turismo. Nota-se, contudo, expressiva melhoria no varejo no mês de julho, com destaque para Pernambuco, explicado por compras, pós-flexibilização do isolamento social, associadas a satisfação de demanda reprimida quando da fase mais restritiva do período da pandemia. Ademais, contribui decisivamente para esse movimento o consumo impulsionado pelo auxílio emergencial, disponibilizado para desempregados, trabalhadores informais, microempreendedores individuais, entre outros contingentes. De toda forma, deve-se enfatizar que o processo de recuperação da economia brasileira será lento, por conta do agravamento das contas públicas e pelas dificuldades políticas de realizar reformas estruturais relevantes. Ademais, há potencial de turbulência política, associada a um ambiente marcado pelo processo eleitoral em curso, em que as eleições municipais devem ser carregadas de temas com forte conotação nacional.

3. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

O ineditismo da presente crise é claro, na natureza e na magnitude dos decorrentes impactos. Em cima de uma economia enfraquecida, que iniciou o ano já revertendo uma modesta recuperação ensaiada nos meses finais de 2019, veio um choque externo adverso – a pandemia Covid-19 –, que provocou efeitos negativos, simultâneos, na oferta e na demanda. Como visto, nesta e em edições anteriores do Boletim de Conjuntura do Instituto Fecomércio, tais revezes têm sido de grande monta, com efeito devastador no mercado de trabalho.

De fato, os indicadores relativos ao volume de vendas, tanto do comércio varejista quanto do referente a prestação de serviços – especialmente turismo – revelam severa retração provocada pela pandemia. Todavia, observa-se melhoria do desempenho do varejo nos dois últimos meses (junho e julho), movimento que ainda não se percebe no setor de prestação de serviços, tampouco em atividades do segmento de turismo.

Quanto ao mercado de trabalho, os últimos dados divulgados pelo IBGE revelam que a força de trabalho – contingente de 106,1 milhões de pessoas, no segundo trimestre do ano passado – declina para 96,1 milhões no segundo trimestre deste ano. São 10,0 milhões de indivíduos que deixaram a população economicamente ativa: significativa ampliação dos não-ocupados que desistiram de buscar um lugar no mercado de trabalho. O contingente de pessoas ocupadas (93,3 milhões) foi reduzido para 83,3 milhões. Entretanto, em julho ocorre aumento significativo do emprego formal. Segundo o Ministério do Trabalho/CAGED, o saldo entre admissões e desligamentos foi de 141.190 postos de trabalho em julho, depois de ter amargado no primeiro semestre de 2020 elevadíssimo saldo negativo (1.239.965 postos de trabalho a menos). Em agosto, esse movimento de melhoria continua, com saldo positivo de 249.388 postos de trabalho. Esses dados mais recentes certamente traduzem o efeito do aumento do consumo de famílias receptoras do auxílio governamental, assim como da liberação de recursos do FGTS; ademais, também contribui positivamente a flexibilização de restrições decorrentes do combate à pandemia, mudança que leva a recuperação gradual da demanda antes reprimida. Isso posto, considerem-se alguns condicionantes para o país ter satisfatório êxito na superação de situação econômica tão grave.

Necessidade de se beneficiar de entrada de capitais externos (investimento estrangeiro direto e capitais dirigidos a aplicações financeiras) é elemento-chave, dada a recorrente necessidade de poupança externa. Trata-se de fator que vem sendo negativamente afetado por aspectos da governança, concernentes à questão do meio ambiente (com foco na Amazônia). O que era alerta passou a ser, recentemente, ameaça concreta. Países, grupos econômicos e agências internacionais sinalizam para redução da preferência por direcionamento, ao Brasil, de possíveis investimentos. Embora o país conte com reservas relativamente confortáveis (na casa dos US\$ 300 bilhões)¹, a saída de capitais externos – que se acelerou nos últimos dois anos – alcança níveis preocupantes no decorrer deste ano. Investimentos diretos no Brasil alcançaram US\$ 22,841 bilhões no primeiro semestre de 2020, redução de 26,6% face ao volume do mesmo semestre do ano passado. Seria o menor resultado para esse semestre, em 11 anos. No que respeita a investimentos de portfólio, investidores estrangeiros sacaram US\$ 50,9 bilhões do mercado financeiro em 12 meses até maio/2020, conforme ampla divulgação nos principais jornais do país². Tais eventos têm, nos últimos meses, se intensificado por conta de percepção de risco relacionado à deterioração fiscal do setor público e também por incertezas associadas à governança ambiental, o que pode inclusive afetar o agronegócio, setor que vem garantindo ao país importantes saldos comerciais.

No âmbito doméstico, a percepção de risco com relação à dívida bruta brasileira que deve alcançar 100% do PIB ao final de 2020, se reflete em tendência crescente de juros futuros, o que se associa ao encurtamento de prazos na rolagem da dívida pública. Desconfortos em relação à governança e ao claudicante processo de reformas institucionais contribuem para intensificar percepções de risco de investimentos no Brasil.

1 “Pelo conceito liquidez, as reservas cambiais estavam em 361,799 bilhões de dólares no dia 20 [julho], segundo dado mais atualizado. Já a posição cambial líquida do BC -- que desconta uso das reservas em instrumentos como linhas com recompra, empréstimos em moeda estrangeira e swaps cambiais, entre outros-- estava em 299,964 bilhões de dólares no último dia 10/[julho], conforme dado mais recente disponibilizado pelo BC”. Conforme informações do diretor de Política Monetária da autarquia, Bruno Serra. Reuters (<https://br.reuters.com/article/idBRKCN24M2ZK-OBRBS>). Acesso em 27 09 2020. [Grifos e colchetes, nossos].

2 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/06/24/em-12-meses-ate-maio-investidores-retiram-us-509-bi-do-brasil-em-aplicacoes-financeiras.ghtml>. Acesso em 27 09 2020.

Tais contingências fazem do ambiente de negócios um mix heterogêneo de fatores pró-crescimento e fatores de desestímulo ao investimento. De fato, como sempre enfatizado na série do Boletim Conjuntural Fecomércio, baixa taxa Selic, baixa inflação, considerável capacidade ociosa, e déficit de infraestrutura permanecem como fatores básicos favoráveis à retomada da economia. Ademais – mesmo não se devendo subestimar a gravidade e o possível prolongamento, via impactos da pandemia, de um estado de crise que já completa uma década –, é fato que, se confirmadas as projeções do Banco Central para o tamanho da recessão em 2020, o impacto terá sido menor do que o esperado. Teria sido muito bem-vindo o benefício daquilo que não operou a contento e que chegou a ponta tardiamente: o crédito para pequenas e médias empresas de comércio e serviços, em parte obstado por óbices advindos do sistema bancário, na busca de garantias reais para operações de crédito.

Interessa, portanto, alertar que quanto mais rápida seja a retomada do crescimento da economia brasileira, melhor o país enfrentará o drama social que se situa no mercado de trabalho, o que está registrado nesta e em edições anteriores do Boletim. Na verdade, o País ganharia muito se governo e sociedade aprendessem a enfrentar os déficits sociais e as desigualdades reveladas ainda com mais intensidade pela pandemia, o que, além de constituir tragédia social, contribui para postergar o desenvolvimento econômico-social e a consolidação do país como nação moderna, democrática e justa. Aproveitar tal lição implica – reitere-se – adequada governança econômica e política, fazendo o país voltar ao status que já teve como grande receptor de investimento externo. Ademais, requer que se propicie – para agentes econômicos nacionais e estrangeiros – necessária segurança jurídica e redução da percepção de risco associada a investimentos no País. Tais requisitos tornam premente que sejam politicamente viabilizadas reformas modernizadoras do estado brasileiro que não agravem desigualdades nem perpetuem privilégios – seja de segmentos empresariais, seja de certos estamentos sociais – e melhorem o ambiente de negócios.

4. BIBLIOGRAFIA

DEPARTAMENTO ECONÔMICO-BANCO CENTRAL DO BRASIL (DEPEC-BCB).
Índice de Atividade Econômica. Julho/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Pesquisa Mensal do Comércio. Julho/2020.

Pesquisa Mensal dos Serviços. Julho/2020.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Junho/2020.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Agosto/2020.

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO-MINISTÉRIO DA ECONOMIA.
Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Agosto/2020.

EXPEDIENTE FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Bernardo Peixoto
Economista: Rafael Ramos
Designer Gráfico: Nilo Monteiro

EXPEDIENTE CEPLAN-PE

Osmil Galindo | Economista
Ademilson Saraiva | Economista
Roberto Alves | Estatístico
Jorge Jatobá | Economista
Tania Bacelar | Economista

Avenida Visconde de Suassuna, nº265,
Santo Amaro, Recife-PE | CEP 50050-540
Tel.: (81) 3231-5393 / 3231-6175
www.fecomercio-pe.com.br



 fecomercio-pe.com.br

 [@fecomerciope](https://www.facebook.com/fecomerciope)